

A educação diferenciada indígena e o currículo escolar: alguns apontamentos

Differentiated indigenous education and the school curriculum: some notes

Maria Gabriela da Silva Lima

Universidade Federal de Alagoas, Brasil
maria.gabriela@delmiro.ufal.br

Flávio Augusto de Aguiar Moraes

Universidade Federal de Alagoas, Brasil
flavio.morais@delmiro.ufal.br

1

RESUMO

Este Artigo apresenta alguns apontamentos referente à cultura existente na sociedade contemporânea e a educação diferenciada presente nas Escolas públicas, propondo uma participação mais ativa do indígena na construção de um currículo que esteja aberto para acolher a diversidade cultural no âmbito escolar. Também propõe analisar a educação indígena na construção do currículo escolar da instituição de ensino municipal Sabino Romariz, situada em Pariconha/AL. A metodologia da pesquisa tem uma abordagem qualitativa, bibliográfica e de campo que permite um olhar etnográfico frente às propostas curriculares ofertadas por esta mesma instituição de ensino, também vai apresentar algumas das observações feitas no decorrer da pesquisa as quais poderão contribuir com os docentes que se preocupam com as formas de se discutir a temática indígena e educação diferenciada, fazendo com que os alunos desenvolvam um senso crítico-reflexivo acerca do seu cotidiano tanto escolar quanto social.

Palavras-chave: Educação diferenciada; Currículo Escolar; Temática Indígena.

ABSTRACT

This article presents some notes regarding the culture that exists in contemporary society and the differentiated education present in public schools, proposing a more active participation of indigenous people in the construction of a curriculum that is open to welcoming cultural diversity in the school environment. It also proposes to analyze indigenous education in the construction of the school curriculum of the Sabino Romariz municipal educational institution located in Pariconha/AL. The research methodology has a qualitative, bibliographic and field approach that allows an ethnographic look at the curricular proposals offered by this same educational institution. It will also present some of the observations made during the research, which may contribute to teachers who are concerned with ways of discussing indigenous issues and differentiated education, making students develop a critical-reflective sense about their daily lives, both at school and in society.

Keywords: Differentiated education; School Curriculum; Indigenous Theme.

1 INTRODUÇÃO

No século XX, algumas políticas começaram a ser implantadas no sentido de promover a integração dos indígenas à sociedade brasileira e seus direitos cidadãos como SPI, FUNAI, entre outros. Apesar do Estado não conseguir ver uma política adequada que efetivasse o respeito às características que constituem a população indígena, o “Índio” se torna tutela do governo, configurando uma espécie de “cidadão dependente”.

Atualmente, vários dispositivos legais visam garantir os **direitos aos povos indígenas do Brasil**, por este motivo, é que devemos problematizar em sala de aula a questão indígena, formar professores capacitados e cobrar mais participação indígena na construção do currículo escolar.

À vista disso, a pergunta que direcionará essa pesquisa é: como a temática indígena é abordada no currículo escolar na instituição de ensino Municipal de Educação Básica Sabino Romariz, situada no município de Pariconha/AL?

Logo, nosso trabalho vai analisar a educação indígena na construção do currículo escolar da instituição de ensino municipal Sabino Romariz situada em Pariconha/AL. Para tanto, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: a) Analisar os processos históricos da educação indígena no Brasil e o currículo escolar; b) Compreender a inclusão da temática indígena numa escola não indígena a fim de entender sua contribuição na formação social e cultural da comunidade em que a escola está inserida; c) Discutir a construção do currículo escolar frente às questões contemporâneas sobre cultura e identidades indígenas nas escolas do município de Pariconha/AL.

2 A EDUCAÇÃO INDÍGENA DIFERENCIADA E A TEMÁTICA INDÍGENA NO CURRÍCULO ESCOLAR

Os Povos Indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme o que define a legislação¹. Por isso houve essa necessidade de uma educação escolar específica pelo

¹ Direitos Indígenas na Constituição Federal de 1988; Educação Indígena na Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394);

que hoje enfrentamos dia após dia nas escolas públicas que não só abrange uma cidade como também todas as Escolas do país (*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*²; *Lei nº 9394/96*, 1996; *Plano Nacional de Educação PNE 2011/2020*, 2010; *Diretrizes Nacionais gerais da Educação Básica/ MEC, SEB, DICEI*, 2013).

De acordo com a legislação em vigor, a escola poderá, então, desempenhar um importante papel em impulsionar esses povos a lutar na conquista de seus direitos. Os processos de aprendizagem expostos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Constituição brasileira, mostram claramente a conquista dos indígenas em âmbitos educacionais e sociais³.

No Brasil, desde o século XVI, a oferta de educação escolar às comunidades indígenas esteve regularizada pela catequização, civilização e relação forçada dos índios à sociedade nacional, posteriormente no século XVIII e XIX, “milagrosamente” os índios saem da História do Brasil ou simplesmente são esquecidos retornando no período republicano (Pacheco de Oliveira, 2011). No entanto, dos missionários jesuítas aos positivistas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), do ensino catequético ao ensino bilíngue, a predominância foi uma só: eliminar a diferença, fazendo com que processo educacional se perdesse permanentemente.

A importância do indígena na História nem sempre foi reconhecida, embora a sua participação tenha sido essencial desde os processos da conquista até a colaboração na construção da nação brasileira (Pacheco de Oliveira, 2011).

Assim como na vida em comunidade social, e a escola, sendo espaço acolhedor das diferenças, alguns conceitos devem ser revistos principalmente quando esta acolhe uma considerável quantidade de grupos indígenas e que precisam preservar sua identidade cultural. Para tanto, é preciso que as disciplinas e os professores desmistifiquem e desconstruam estes estereótipos para que, partilhando a mesma história, reconheça o indígena como pedra fundamental para a construção da nação brasileira.

Educação Indígena no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172).

² A Constituição de 1988 foi considerada um marco na conquista e garantia de direitos pelos povos indígenas no Brasil. Ver os direitos indígenas em **Constituição da República Federativa do Brasil** 1988, capítulo VIII; Artigo 231. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9394/96, capítulo II; sessão I; Artigo 78§ 4º. **Plano Nacional de Educação PNE 2011/2020**, Artigo 7; § 3º. **Diretrizes Nacionais gerais da Educação Básica/ MEC, SEB, DICEI**. 2013; RESOLUÇÃO Nº 5, DE 22 DE JUNHO DE 2012.

³ Trata-se de uma tradição histórica, verificada em outras Constituições ao longo da República, mais exatamente as de 1934, 1946, 1967, além da Emenda Constitucional de 1969.

Quanto ao currículo, este vem sendo praticado como um conjunto padronizado de exigências acadêmicas, conhecimentos e habilidades para que o aluno possa prosseguir seus estudos sem nenhuma discriminação (Stainback, 1999). Esse currículo é prestado a partir de aulas ministradas pelos professores, e os alunos, posteriormente, realizam as atividades propostas, se não acompanharem as tarefas é porque não estão no nível dos outros, rotulando o currículo de tal forma que os alunos não entendam o propósito didático das aulas.

O discurso acerca dessa temática passou a ser necessário, na medida em que a qualidade de ensino ofertado nas escolas públicas tornou-se uma preocupação de todos que compõe a nação brasileira. O currículo como um conjunto de experiências, se desdobram em torno do conhecimento (Roldão, 2003). Essa concepção concorre com a de Tomaz Tadeu da Silva (2005, p. 15) “O currículo é sempre resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente o currículo”. Sendo assim, o conhecimento se identifica como matéria-prima do currículo que deve ser priorizado pela escola numa perspectiva de promover a cultura e as diferenças para além da sala de aula.

O planejamento do currículo escolar na instituição de ensino municipal Sabino Romariz, são feitos mensalmente no coletivo entre os coordenadores, diretores e professores com a chamada HTPC (Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo). Nesses encontros, o coordenador instrui os professores na condução das atividades e projetos a serem trabalhados com suas turmas a fim de saber dos avanços e as dificuldades nesse processo educacional. Perante isto, o currículo aparece como central no processo de acolher todos os alunos no contexto escolar que por lei deve ser inserido. Portanto, a diferenciação curricular, a transformação do currículo, que atualmente tem se mostrado muito rígido, é crucial para que as escolas mudem suas práticas, só assim, poderão tornar-se ambientes instrutivos para os alunos quanto ensino-aprendizagem.

3 A ESCOLA SABINO ROMARIZ

Esta pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Educação Básica Sabino Romariz, situada em Povoado Campinhos, no Município de Pariconha no alto sertão alagoano, em que oferece os ensinos Fundamentais I e II do 1º ao 9º ano. Nesta, foi desenvolvida uma pesquisa de revisão bibliográfica, expondo as principais questões propostas por diferentes pesquisadores/as acerca do ensino diferenciado nas escolas e

também se tratando dos direitos Indígenas numa escola não indígena existente na comunidade, bem como sua construção curricular a cerca desta temática.

A busca por um caminho construtivo em conhecimentos por vezes requer uma organização e um planejamento do percurso a ser trilhado. Na tentativa de compreender o que pensam e como agem os professores com relação à temática indígena, (re) conhecendo como configuram seu trabalho de modo a pensar as manifestações culturais indígenas na escola.

Apesar das necessidades de preparação adequada dos agentes educacionais estar recomendada na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, parágrafo 4º (Brasil, 1996)⁴, incluindo seus objetivos pautados⁵ como fator fundamental para a mudança em direção às escolas que acolhem alunos indígenas. Mas, o que tem acontecido nos cursos de formação docente, em termos gerais, é a ênfase dada aos aspectos teóricos, com currículos distanciados da prática pedagógica, não proporcionando a capacidade aos profissionais para o trabalho com a diversidade dos educandos sendo eles indígenas ou não indígenas.

Segundo Sant'Ana (2005), para efetivação do processo educacional, torna-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar agindo coletivamente para que os indígenas participem ativamente colaborando culturalmente com o cotidiano escolar. Por outro lado, torna-se essencial que esses agentes deem continuidade ao desenvolvimento profissional e ao aprofundamento de estudos, visando à melhoria do sistema educacional.

Essas reflexões facilitarão a compreensão da participação efetiva dos povos indígenas em diferentes momentos da história, desmistificando a ideia errônea da presença do “índio” apenas na época da “descoberta”, problematizando o pensamento e a ocupação dos diferentes povos indígenas na história do país. Assim, crianças e jovens poderão compreender com mais facilidade os fatores que diferenciam esses povos contemporâneos, abertos a um diálogo reflexivo acerca dos povos indígenas.

⁴ § 4º - O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia.

⁵ - Fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena;
- Manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;
- Desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;
- Elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inserimos na nossa pesquisa o campo da abordagem qualitativa, caracterizada enquanto a que “tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento” (Ludke & André, 2012, p. 11). Visto que esse tipo de pesquisa possibilita ao pesquisador um contato direto com a realidade na qual o objeto de estudo está inserido através de um trabalho ativo em campo.

Considerando que nesta pesquisa buscamos analisar e observar como a temática indígena é compreendida e organizada em apenas uma escola, de maneira mais específica na etapa do ensino fundamental I e II a denominamos enquanto um estudo de caso. Tendo em vista que “o estudo de caso intrínseco ou único trata de uma única realidade que pode ser estudada exaustivamente, na tentativa de buscar novos elementos que possam explicar o objeto de estudo” (Oliveira, 2012, p. 56).

Dessa forma, buscamos partir dessa pesquisa não somente adquirir novos conhecimentos a partir dos nossos questionamentos sobre a temática indígena dentro da sala de aula ou nos procedimentos metodológicos de cada docente, mas, de contribuir a partir do nosso estudo, com uma reflexão analítica acerca desta realidade para que a cultura indígena, assim como as questões quilombolas já estabelecidas por lei, não sejam tratadas como questões à parte, mas inseridas entre as disciplinas em torno da interdisciplinaridade.

5 RESULTADOS DA PESQUISA

É fundamental que na escola as crianças adquiram conhecimentos referentes à sua construção social e cultural que a acompanharão por toda a vida. A imagem indígena que geralmente os alunos guardam, continua sendo estereotipada: indivíduos vivendo em pequenas aldeias isoladas e usufruindo do que a natureza oferece. Trata-se de uma visão romantizada e folclorizada da figura do indígena no Brasil, demonstrada nos livros didáticos e no imaginário das pessoas. Quem são, onde vivem e que atividades os indígenas desenvolvem? A estas perguntas alguns alunos apresentaram respostas do tipo: “primeiros habitantes do Brasil”; “vivem no mato”; “moram nas ocas”, “vivem da caça e da pesca”; “vivem nus”, entre outras coisas. O que verificamos perante essas afirmações é que questões essenciais, no tratamento destes assuntos, foram

certamente deixadas de lado nas abordagens didáticas feitas pelos professores ao longo da vida escolar desses alunos.

Sem recomendar que o tratamento dado os conteúdos inseridos no currículo escolar sejam especiais ou privilegiados, porém que tenham tratamento adequado no sentido de dar a ele, seu devido lugar na construção da história da sociedade brasileira, que não lhe seja negado esta importância. Na sequência deste trabalho a partir da pesquisa, foram abordados diversos aspectos relacionados aos povos indígenas.

Ao discutirmos sobre isto, constatamos que os alunos atribuem a importância da terra somente no que se refere à agricultura, e para os povos indígenas esta importância é bem mais relevante, pois, está terminantemente ligado à territorialidade. Proporcionar aos alunos momentos como este de trocas de experiências, é rever os conceitos que os formaram ao longo de sua vida, seja na escola ou cotidianamente fora do ambiente escolar. Não se trata de discutir o assunto por si só, mas trazer à tona um universo onde os conduziremos para o tempo presente se tratando do entendimento destes povos como sujeitos contemporâneos da História.

Se por um lado as culturas étnicas são exibidas nas escolas em datas comemorativas, por outro, isso tem sido feito sem considerar aspectos da nova condição de vida dos indígenas, como situações de contato, disputas territoriais, ações e posicionamentos políticos e os processos históricos (Pacheco de Oliveira, 2011). É indiscutível a tendência em mostrar nos materiais didáticos, na literatura, nos museus e até mesmo na televisão, uma cultura indígena “pura”, distante da problematização dessas situações.

Nessa perspectiva, eles podem ser compreendidos como resultado na interação, assim como de um histórico de lutas e resistência reafirmando suas identidades. O estudo sobre a questão indígena, representa um esforço para aceitar a construção dessas sociedades em meio aos processos que viveram e vivem, afastando as percepções construídas por impressões limitadas sobre eles numa sociedade contemporânea.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma escola que pretenda ser de todos e para todos deve ensinar aos seus alunos a viverem em conjunto, em um mesmo universo onde coexistem diferentes valores, raças, etnias e identidades. A escola deve desempenhar um papel

fundamental, no qual o docente é capaz de conceber e implementar atividades, cujos objetivos e conteúdos proporcionem igualdade de oportunidades para a aprendizagem de todos os alunos sendo eles indígenas ou não indígenas.

A escola é um local de socialização, e o professor precisa assumir, cada vez mais, o papel de mediador, proporcionando aos seus alunos um desempenho participativo em todas as áreas da vida escolar, identificando o aluno como sujeito da construção do seu próprio saber. Muitas escolas possuem um currículo que não considera a diversidade cultural. Assim, a educação como direito universal do ser humano implica grandes reformas tanto nas metodologias quanto na seleção de conteúdos e dos próprios materiais de ensino.

Contudo, é na escola que a criança aprende a respeitar os outros, a ser solidária, independentemente de todas as diferenças que possam existir entre si e os seus semelhantes. Entretanto, nota-se que a escola tem necessidade de uma evolução na educação intercultural para uma situação em que a prática pedagógica não se aplique apenas a certas crianças, mas a todos os alunos, visto que a escola é um espaço que acolhe identidades e culturas diferentes.

REFERÊNCIAS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (2001). (21ª ed.). Saraiva.

Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. (2025). Institui as diretrizes e bases da educação nacional. Congresso Nacional, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 06 de maio de 2025.

Plano Nacional de Educação PNE 2011/2020. (2010). Ministério da Educação, https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9262-professor-francisco-aparecido-cordao-presidente-educacao-basica-conselho-nacional-educacao-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 07 de maio de 2025.

Diretrizes Nacionais gerais da Educação Básica/ MEC, SEB, DICEI. (2013). Ministério da Educação, <https://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em 07 de maio de 2025.

Ludke, M., André. M. (1986). Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. In: Ludke, M. & André. M (eds.) *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. (pp. 11-24). EPU.

Oliveira, M. M. de. (2012). *Como fazer pesquisa qualitativa*. (4ª ed.). Editora Vozes.

Pacheco de Oliveira, J. (1998). Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana* (4)1, 47-77. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131998000100003>.

Roldão, M. C. (2003). *Diferenciação Curricular e Inclusão*. Porto Editor.

Sant'ana, I. M. (2005). Educação inclusiva: concepção de professores e diretores. *Revista Psicologia em estudo*. (10)2, 227-234. URL: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/issue/archive> .

Silva, T. T. da. (2016) *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. (3ª ed.). Editora Autêntica.

Stainback, L. (1999). Histórias da Inclusão e Multiculturalidade nas escolas públicas. *Educação em Debate*, 37-236.

